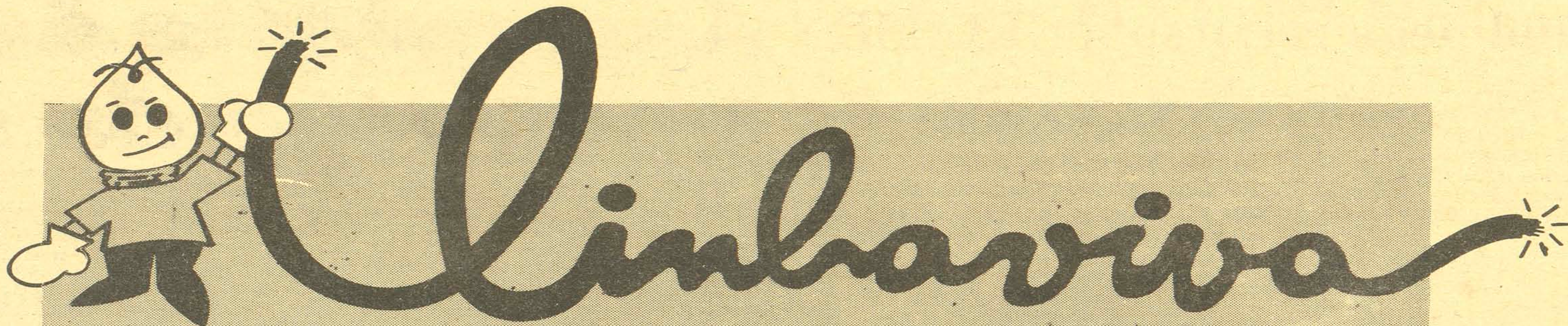




Intersindical dos Eletricitários SC

Nº 106 17/08/90

Eletricitários desafiam plano econômico de Collor

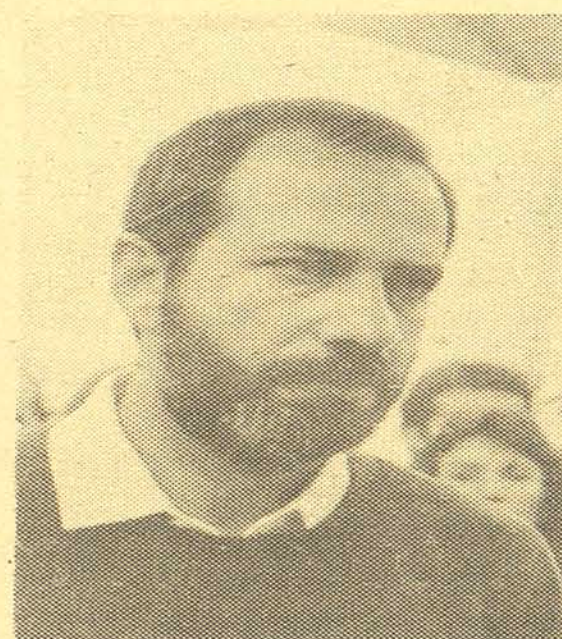
O governo sabe da greve dos eletricitários, que desde o dia 31 de julho paralisou 10 empresas em todo o país. O Governo sabe que esta situação fragiliza extremamente o sistema elétrico, e até já viu o que isso pode causar. O Governo também sabe que o Plano Collor, que congelou os salários da categoria em março é o causador da greve. Mas ele segue estático, como se nada tivesse acontecendo.

“Collor tem uma tática bem clara para as greves. Primeiro o Executivo evita se envolver com o movimento, depois empurra para a esfera do Judiciário. Lá a gente já sabe o que acontece...”, reclama Mauro Passos, Coordenador da Intersul — Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil. Quando diz que o Governo evita se envolver, Mauro se refere às reuniões realizadas entre o Comando Nacional dos Eletricitários e os Ministros da Justiça, Bernardo Cabral, e do Trabalho, Antônio Magri. Efetivamente, assim como as reuniões realizadas com a Comissão de Energia da Câmara Federal, não deram em nada.

José Fontoura Dutra Júnior, diretor do Sindicato dos Eletricitários de Tubarão, salienta que “é extremamente contraditório ver um Go-

verno que defende a livre negociação negar-se a negociar, e é isso que está acontecendo”. Para Fontoura, “estão tentando fazer dos trabalhadores em greve culpados pela falência do plano econômico, mas as greves como a dos eletricitários são a consequência e não a causa da falência do projeto Collor para a economia”.

Enquanto uma parte da Bahia experimentou o horror de um blecaute de mais de uma hora, o Ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva dava declarações à imprensa nacional garantindo que os eletricitários haviam recebido e não receberam reajustes de 54%. “Ou este Ministro é desinformado ou é mau intencionado, e qualquer das duas alternativas é deplorável para um membro do primeiro escalão”, denunciou



Mauro Passos:
“Vamos vencer de qualquer jeito”

Mauro Passos.

“O Governo que não se faça de bobo, que o sistema elétrico está se deteriorando a cada dia, e se o pior acontecer, a Comissão do Governo será a única responsável”, garante Delman Ferreira, do Comando Nacional. Para ele “estão esperando que o TST acabe com a nossa greve, mas a disposição da categoria é incompatível com esta expectativa. Nós vamos vencer de qualquer jeito”, arremata Delman.

É DIA 20

Celesc adiou a negociação

A Intersindical estava pronta para iniciar a negociação com a Celesc quando chegou aos sindicatos um telegrama assinado pelo Diretor Administrativo da Empresa, comunicando a transferência da reunião que deveria acontecer no dia 10 para o dia 20 de agosto.

A frustração tomou conta da categoria que aguardava, e aguarda, ansiosa pelo início da negociação. A Empresa não deu nenhuma desculpa razoável para o adiamento. “Esperamos que a transferência de reuniões não se torne uma prática na Campanha Salarial”, comenta Clóvis Finochetti, presidente do Sindicato dos Eletricitários. Para ele seria uma demonstração enorme de descaso da Celesc para com seus empregados.

A Intersindical avalia que este adiamento pode ser entendido como um prenúncio de dificuldades no processo de discussão. “Podemos esperar dificuldades em várias cláusulas, especialmente nas econômicas”, explica o presidente do Sindicato dos Eletricitários do Norte do Estado, Aramis Luiz de Novaes.

As negociações, se não houver outro adiamento, deverão ter início na manhã do dia 20, segunda-feira. Será o início efetivo da campanha salarial. As principais reivindicações são a correção salarial (que gira em torno de 99%), a manutenção da garantia no emprego, a gratificação de férias, entre outras não menos importantes.

ÚLTIMA HORA

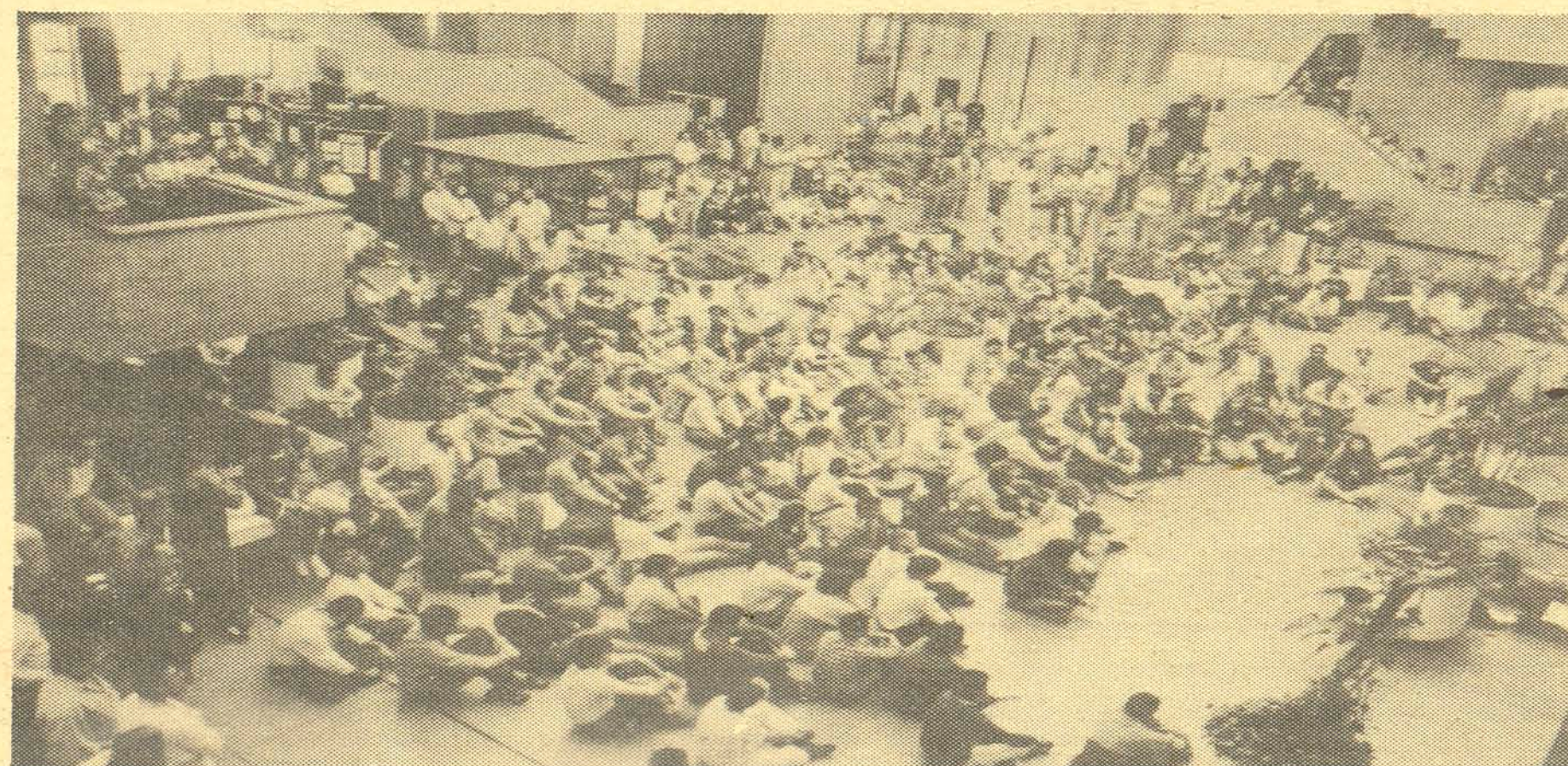
A decisão é política

A decisão de não dar reajustes salariais aos empregados de estatais é uma deliberação política do governo Collor. As empresas têm condições plenas de negociar reposições sem comprometer seus orçamentos. Estas foram as duas conclusões da reunião havida na quarta-feira, 15, entre o ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, o secretário nacional de Energia, Rubens Vaz, e representantes da Secretaria de Comunicações, dos Correios, Eletrobrás, Telebrás e Embratel.

Estas mesmas pessoas estiveram reunidas com o ministro da Justiça e coordenador político do Planalto, Bernardo Cabral. Da reunião saiu o compromisso de Cabral anunciar em 48 horas se as empresas poderão ou não

abrir negociações. As empresas estão preocupadas com o fato de muitas delas terem data-base em setembro.

O comando nacional dos eletricitários esteve reunido com o presidente da Eletrobrás na mesma quarta-feira, mas a empresa limitou-se a relatar as outras reuniões ocorridas. Não apresentou proposta aos grevistas e pediu o adiamento da reunião por 48 horas. A liderança dos eletricitários não aceitou o adiamento. Por isso ficou marcada para o dia 16 uma nova reunião entre o comando, a Eletrobrás, o ministro do Trabalho, Antônio Magri, e Bernardo Cabral. Não foi possível apurar o resultado da reunião antes do fechamento desta edição.



Durante mais de três horas os empregados da Eletrosul discutiram o sistema elétrico: desde o processo de escolha das diretorias até a questão do plano de empreendimentos e expansão da empresa.

CONTRATADOS

Tribunal nega recurso a CELESC

O Tribunal Superior do Trabalho não aceitou o recurso impetrado pela Celesc e voltou a reconhecer o vínculo empregatício de 52 contratados. Agora esses empregados aguardam somente o retorno do processo a Junta de Conciliação e Julgamento para a execução da ação.

O restante dos empregados contra-

tados continuam aguardando o julgamento do agravo de instrumento pelo Tribunal. Trata-se de uma questão pacífica na Justiça Trabalhista, que sempre reconheceu o vínculo empregatício. Os contratados que desejarem ajuizar ação semelhante devem procurar o sindicato de sua região.

VIGILANTES

Categoria volta ao trabalho

No dia 15, às 17 horas, os vigilantes de todo o Estado realizaram assembleias que decidiram pelo fim da greve da categoria. Nos sete dias de paralisação foram demitidos cerca de 30 empregados por empresa, sendo que em todo o Estado são mais de 60 empresas. Também não apareceu outra proposta de reposição salarial. A categoria, que tem data-base em fevereiro, está rei-

vindicando 256%, mas a empresa não ofereceu mais que 39%.

Dorvalino Silveira, da diretoria executiva do Sindicato dos Vigilantes, acredita que com o retorno ao trabalho será possível negociar pelo menos o não desconto dos dias parados. Ele conta que o piso da categoria é de Cr\$ 8.839,00 e que 70% dos empregados ganha essa quantia.

Collor: Sucateando o Brasil

Onde Collor quer chegar? O presidente declarou guerra aos salários e às estatais. A Medida Provisória 199 dá uma "reposição" de 1/12 das perdas na data-base, e tudo fica disfarçado em um abono eleitoral de 3 mil cruzeiros. Nesta farsa, apenas os salários não são indexados, pois a taxa cambial, as contas do governo, a casa própria e outras fontes de rendimento do capital acompanham a inflação.

Nas estatais, Collor combina o arrocho com um endurecimento no trato com as greves, abrindo caminhos para privatizá-las. Não interessa para ele se a CSN será sucateada ou se o setor elétrico se tornará obsoleto. Se for assim, tanto melhor para ele e seus amigos empresários, ávidos por colocar a mão nestas minas de ouro.

A preocupação do presidente é dar continuidade ao seu plano econômico e político. Para isso, a mídia retoma a sua importância na estratégia collorista, para vender a "baixa inflação". Mas, na verdade, uma inflação de 11% ao mês significa uma inflação de

300% ao ano, e como diz o comercial governista, "Tem gente que não quer ver".

Neste canteiro vão germinando as sementes neoliberais, que aliás não têm nada de novo nem de liberal. É uma forma de os grandes terem tudo e os desorganizados não terem nada: quem pode mais chora menos. A livre negociação salarial, a privatização das estatais e a democracia formal e aparente são algumas das pérolas desta doutrina.

Para implementar tal projeto, Collor precisa iludir a sociedade e vencer as forças populares organizadas. Os sindicatos combativos estão na mira do governo. É uma questão de honra para o governo acabar com quem se opõe a ele. Resta saber se os trabalhadores tratarão com a mesma importância a defesa de seus direitos e organismos de luta. Se os trabalhadores não tomarem para si a tarefa de impedir a invasão do mercado brasileiro e o aniquilamento de suas riquezas e empresas, quem vai fazê-lo?

Linha Viva é uma publicação semanal da Inter-sindical dos Eletricistas de Santa Catarina que tem 7500 exemplares. Diretor Responsável: Glauco Marques. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Rosângela Bion (DRT/SC1019). Diagramação: Vera Rotta. Ilustração: Franck Maia. Im-

pressão: Gráfica do jornal **O Estado**. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 21, Fpolis/SC, fone: (0482) 22-3866, telex: 481555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

GREVE

Assembleia decide ocupação da sede

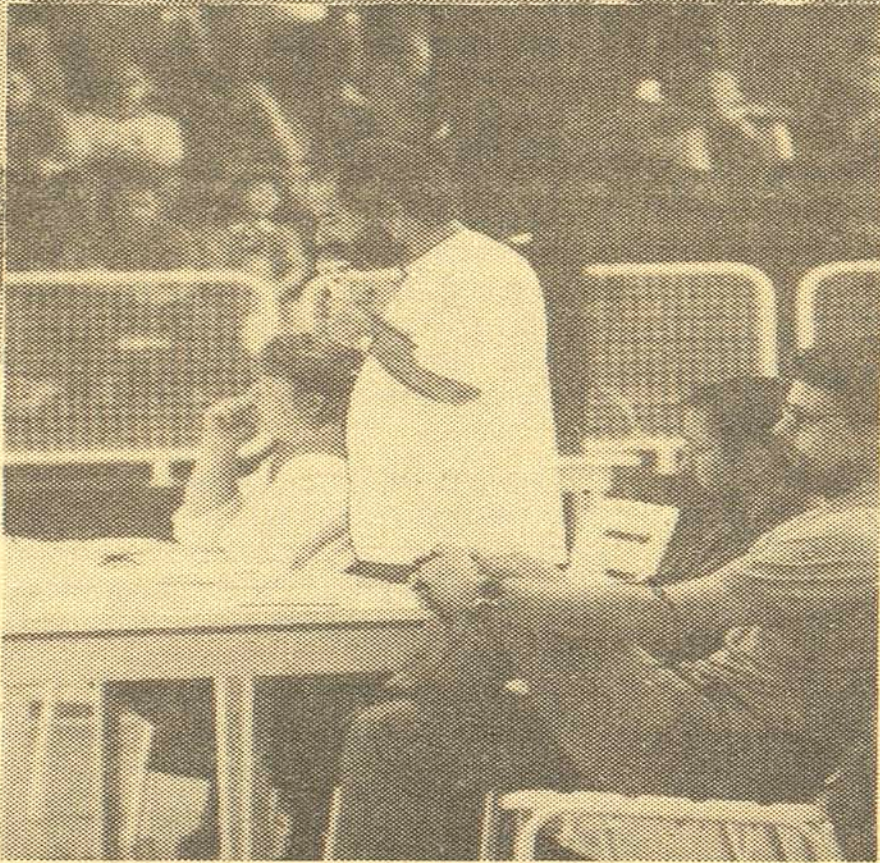
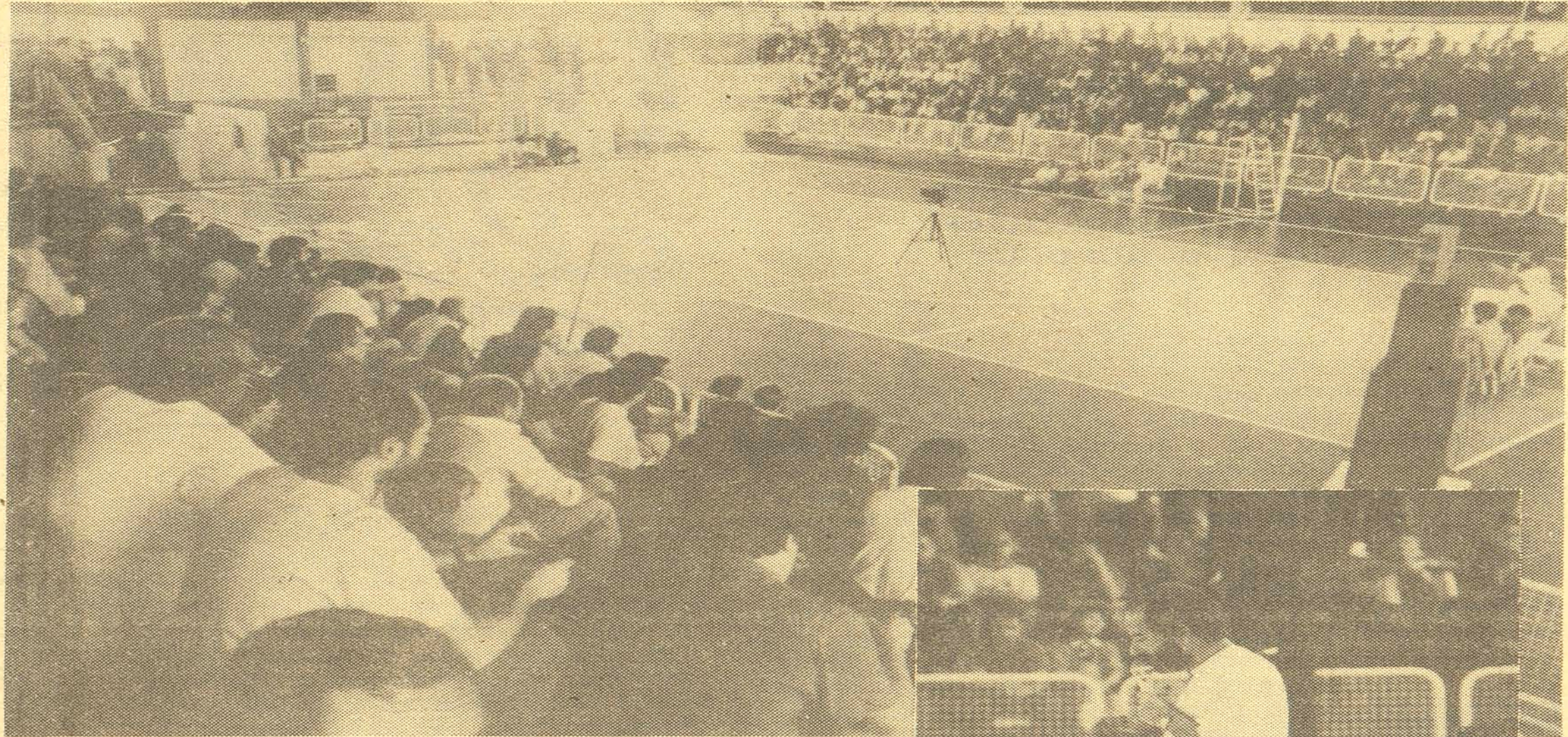
Quando a assembleia teve início, às 14 horas do dia 13, o ginásio da Elase - Associação dos empregados da Eletrosul — estava totalmente tomado. Nas arquibancadas, nos bancos de reservas e no hall da entrada, os empregados da sede aceitaram timidamente o convite feito pelo coordenador da Intersul, Mauro Guimarães Passos, de transformar o encontro num grande debate. Foi na verdade um ensaio da bela discussão sobre o sistema elétrico, que seria realizada na manhã do dia seguinte, após a ocupação da sede da Empresa - proposta levada pela Intersindical e aprovada na Assembleia por unanimidade.

Mauro relatou o julgamento do dissídio da CSN - Companhia Siderúrgica Nacional (Veja matéria neste jornal), fez um breve histórico das lutas da categoria - desde a queda de Dallanhol até a formação do Comando Unificado, "uma Intersindical Nacional", e falou sobre o novo estágio das negociações. "Agora que as decisões se dão em Brasília torna-se mais importante dividir as responsabilidades com a categoria. Ou a greve é de todo mundo ou ela não existe". "Antigamente o inimigo era um

chefe, que estava sempre muito perto do empregado. Agora ele está lá em Brasília e não ouve nossos xingamentos." Cláudio Ehrensperger, diretor suplente do Sinergia, acredita que essa alteração do centro de discussões ainda não foi assimilada pelos empregados. "Mais o maior problema é o enfrentamento da política de Collor". Reinado Ax, do Conselho Fiscal do Sindicato dos Engenheiros, acredita que a solução do impasse representaria um recuo da política do governo. E por isso que Luiz Francisco da Silva do DCO defende que nessa "briga de poder" os empregados tomem atitudes mais duras. "Eles têm a força econômica e nós temos a força do trabalho."

Grevistas discutem sistema elétrico

Desde as sete horas já havia gente "recepcionando" os fura-greve, mas foi somente às nove que os empregados cumpriram a decisão da assembleia do dia anterior e, como há 14 dias não faziam "entraram dentro da sede da Eletrosul. Comodamente, os trabalhadores se instalaram no chão e nas escadas e durante todo o resto daquela manhã discutiram os problemas e as soluções do sistema elétrico do país.



Assembleia lotada avalia movimento

Para apresentar os cinco temas que foram discutidos na ocupação da sede cada apresentador tinha dez minutos. Depois, as inscrições eram abertas por vinte minutos para o debate. Só que nem sempre foi possível deixar que todos os inscritos falassem, apareceram muitas intervenções sobre o processo de escolha da diretoria da Eletrosul, a questão gerencial na empresa, o plano de carreira, o plano de extensão e os empreendimentos da Eletrosul.

JUSTIÇA

TST julga dissídio da CSN

O resultado do julgamento do dissídio da CSN — Companhia Siderúrgica Nacional, realizado pelo Tribunal Superior do Trabalho no dia 9 de agosto, mostra com uma clareza até exagerada o que os trabalhadores podem esperar da Justiça Trabalhista no governo Collor de Mello. Em plena data-base, o TST concedeu um aumento de Cr\$ 12 mil para quem ganha até Cr\$ 19.512,00 e Cr\$ 10 mil para quem ganha até Cr\$ 23.739,00. Entram nestas faixas salariais cerca de 60% dos empregados da CSN. O restante receberá acréscimos de Cr\$ oito e seis mil. Nessa decisão o Tribunal

desconsiderou a defasagem de 166,89%, levando em conta somente a Medida 199, antiga 193, com algumas adaptações sugeridas pelo Ministro Almir Pazzianotto, que preferiu substituir o índice por valores fixos.

No mesmo julgamento, também por sete votos a um, o TST considerou abusivo a greve dos empregados da CSN, dando à direção da Empresa o direito de descontar os 22 dias de greve e punir trabalhadores. Para chegar a essa decisão os ministros se prenderam ao fato de que o Sindicato dos Metalúrgicos não havia avisado a CSN com

48 horas de antecedência o início da paralisação.

Nas oito horas de julgamento apenas duas vozes se ergueram em favor dos trabalhadores: os ministros Norberto Silveira de Souza e Orlando Teixeira da Costa. O ministro Orlando afirmou não estar ali para fazer apologia do Plano Collor ou juízo de concordata da CSN. "Se a Empresa estava nesta situação, era obrigação dela procurar o Sindicato e fazer um acordo, que é a única possibilidade de haver uma redução salarial". Ele também colocou sua preocupação com a imagem do Judiciário, que em 50 anos de decisões nunca autorizou a diminuição do salário no curso do contrato de trabalho. Um princípio que está incluído na nova Constituição. Ele considerou descabido julgar a greve abusiva. "Como cidadão comum eu já sabia que haveria greve na CSN, pelo simples acompanhamento dos jornais".

O advogado Nilo Kawai Júnior, assessor Jurídico da Intersindical, que acompanhou o julgamento do dissídio, conta que as argumentações fundamentaram-se exclusivamente na análise da possibilidade da Empresa e em nenhum momento considerou-se as necessidades dos trabalhadores.

Há ainda outros fatos, que podem ajudar muito quem tenta entender a atual postura do TST. Dois deles são relatados na coluna Pánel da Folha de S. Paulo do dia 13. No mês que vem o TST estará instalando no saguão da sua sede, em Brasília, um busto de Lindolfo Collor, avô do presidente e primeiro-ministro do trabalho do governo Getúlio Vargas. "O TST foi o Tribunal Superior mais visitado por Collor desde a sua posse, em 15 de março".

COMANDO ALPHA

Pressões na operação Prejudicam o sistema

Como na greve passada, os empregados do setor de operação da Eletrosul ocuparam todas as unidades da empresa e estão mantendo os serviços essenciais. A orientação da Intersul é que para evitar conflitos que podem, inclusive, causar problemas ao sistema elétrico, os não-grevistas fiquem fora das instalações. Foi o que aconteceu com o chefe do DMS, do DMRS e encarregados de diversas subestações.

Fato mais grave são as pressões praticadas sobre o pessoal de operação e manutenção. São telefonemas e telegramas ameaçadores, com a única intenção de atemorizar os empregados desses setores. Cumprem essa tarefa mesquinha: Aníbal Ferraz de Andrade, do DTR - DEAS, César de Barros Pinto, do DGH, Tito Flávio de O. Gorski do DTR, Agostinho José Coan do DTR - DVTS, Maurício Calaes do DOS e Francisco Caro Carrilho do DTR - DVTN. Interessante encontrar nesta lista o nome de César de Barros Pinto. Na assembleia de deflagração do movimento ele não só votou a favor da greve como fez sérias críticas às diretorias da Eletrobrás e Eletrosul.

Atualmente ele é assessor

do DO e um dos coordenadores da equipe "enclausurada" do Comando Alpha.

Ainda com a intenção de dividir, a empresa pagou dia 15 um adiantamento aos empregados da operação e fura-greves. Em Tubarão, definiu-se a constituição de um fundo com a quantia recebida, pelo pessoal da operação, para ajudar os demais que não receberam nada. Em Curitiba todos os empregados do DO também receberam adiantamentos. Dia 16, eles vão votar a proposta de constituir um fundo com 20% da quantia de quem recebeu o adiantamento.

Outra área muito atingida pelas pressões da empresa é a manutenção. Em Passo Fundo toda equipe de manutenção elétrica recebeu carta de convocação mas continuou firme, seguindo a orientação da Intersul — manutenções só em caso de risco de vida da população. Agora a Eletrosul anuncia uma medida que pode trazer sérios problemas ao sistema elétrico: contratar empresas de fora para a realização da manutenção. Até agora nenhuma dessas intimidações abalou a adesão dos empregados do setor de operação. Nos quatro estados ela está muito próxima dos 100%

EM DEFESA DO leitor

Cesar Valente
Jornalista

O lugar da opinião

Fazer imprensa sindical sem cair no panfletarismo ou no sectarismo é a proposta deste jornal. Tarefa árdua, quase impossível, que esbarra numa questão de princípio: como manter-se desapaixonado quando temos que cumprir tarefas de comunicação justamente ao lado do elo mais fraco? Durante muito tempo era lei que jornalismo sindical ou político tinha que ser parcial e militante. É possível ser diferente? É possível dar a uma categoria profissional uma voz, sem que essa voz tenha o sotaque carregado que o engajamento partidário fornece? Estamos acompanhando com interesse esta luta. Vocês, leitores-eletricistas e eu, observador independente, preocupados em saber exatamente no que isto vai dar.

Até agora, passados apenas alguns números desde que a tarefa de ser "advogado" dos leitores me foi confiada, as coisas estão meio como todo começo de baile no interior. Um elogio de cá, uma olhada de lá e ninguém pode dizer se vai acabar em pancadaria generalizada, num imenso porre ou em festança animada até o sol chegar.

Mas vamos tratar de defender o leitor. O editorial é, em todos os jornais, um espaço reservado à opinião de quem publica, a opinião do dono ou dos donos. No caso do **Linha Viva**, isto não é diferente, nem teria porque modificar prática tão saudável. A opinião deve ficar o mais longe possível das matérias jornalísticas e instalar-se comodamente no editorial e nos artigos assinados. Só que neste nosso **Linha Viva** o editorial está colocado entre as matérias, com a mesma tipologia, sem qualquer característica gráfica especial (além, é claro, da "cartola" que o identifica acima do título). Isto não é bom. O leitor vai dando uma passada de olhos nas páginas e de repente começa a ler aqueles parágrafos com o texto mais firme, mais adjetivado, justamente opinativo e pode achar que se trata de uma prática geral do jornal.

Penso que seria melhor encontrar uma forma de destacar o editorial, torná-lo diferente do restante do jornal. Deixar mais claro para o leitor que naquele espaço há um conteúdo especial, específico: é a opinião de quem publica o **Linha Viva**. Não é informação pura e simples, não é um relato. O leitor merece saber claramente do que se trata.

Comunique-se com o "advogado do leitor" escrevendo para **Linha Viva** Defesa do Leitor, no seguinte endereço: rua Lacerda Coutinho, 21 - Fpolis, ou encaminhando a correspondência pelo seu Representante Sindical.

O espírito das eleições

Como o povo na rua não adere ao “espírito das eleições” este invade a privacidade dos lares e vai até o povo justamente através do santuário ao qual diariamente, em oferta coletiva, um pouco de nossas vidas é consumida.

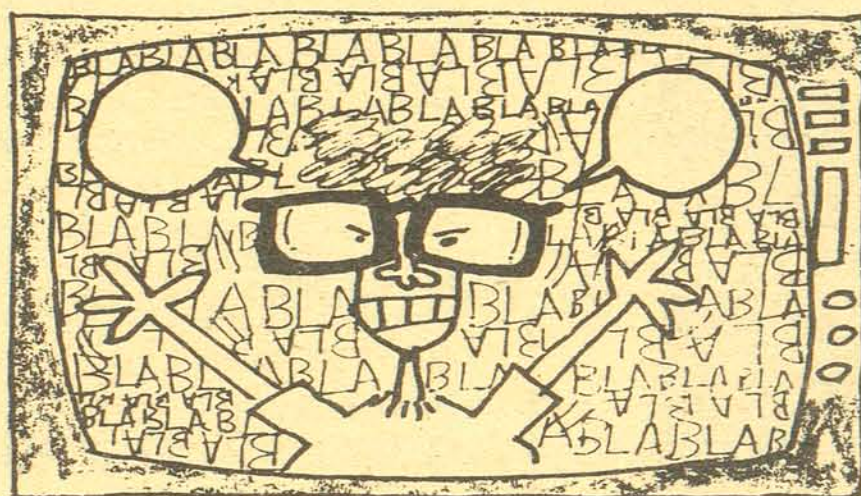
Luiz Césare Vieira
Empregado da Celesc

O descontentamento é geral. Os donos das emissoras choram a perda de seu tempinho precioso. Os do lado de cá do aparelho não se conformam em adiar a programação preferida, o momento da apoteose de um dia de trabalho cansativo. E não é para menos. A julgar pelos primeiros dias de TRE, o que temos pela frente não é nada alvissareiro. Alguns candidatos realmente contribuem para a elevação da consciência política dos telespectadores, desvendando o real do ilusório, a essência da aparência mostrando, enfim, conteúdo e criatividade além da artificialidade vazia do marketing político. Fora disso, o que vemos e ouvimos é a mesma insuportável de políticos voluntariosos. Destituídos de uma visão de mundo que conforme uma reflexão crítica de nosso tempo, descarregam pelas telas dos vídeos uma teatralidade rica em lugares comuns e banalidades cujo espectro estético varia desde a dramaticidade patética, passando pelo non sen-

se, até a comédia das mais hilariantes. Shakespeare, Ionesco e Woody Allen estão muito bem representados nos palcos do TRE.

Ironias à parte, o que transparece neste início de campanha eleitoral é o descaso e apatia popular. O sistema parlamentar, o cânon da democracia ocidental estaria em plena decadência?

O que reflete de imediato, no senso comum formando uma consciência ne-



gativa, é a triste trajetória do parlamentarismo brasileiro. Se a realização da democracia envolve necessariamente emancipação econômica e intelectual de seus agentes, então “nossa democracia” possui bases frágeis, pois o Brasil nunca deixou de ser o reino de uma elite minoritária. Eleições aqui sempre foi sinônimo de mercantilização de votos. Poder, sinônimo de mordomia, corrupção e roubalheira. O imaginário popular sintetiza e, infelizmente, generaliza

este quadro: “político é tudo a mesma coisa”. Mas se não temos muito a festejar com a história de “nossa democracia” resta a esperança resgatada na luta dos movimentos populares. O voto em branco nasce da rebeldia e contestação, mas seu efeito resulta contrário a intenção de protesto, pois é contabilizado do lado do status quo vigente.

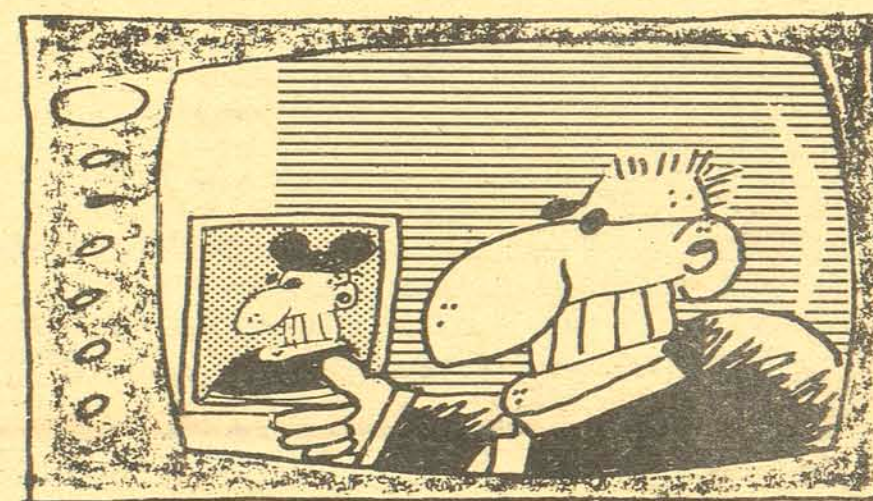
Pior que o voto em branco é o “voto de rapina”. Frio e calculista ele vive a rondar o IBOPE e é sempre certo na conquista e manutenção de interesses fisiológicos. Para o “voto de rapina” pouco importa a morte da democracia, aliás, alimenta-se da morte, é antropofágico.

Outra abordagem que dá conta do clima morno das eleições, remete a reflexão da sociedade contemporânea, aos efeitos do progresso e da tecnologia sobre nosso cotidiano. Os videocassetes, video-games, micros, a crescente inovação nos aparelhos de TV e a multiplicidade de programas bem como outros artefatos eletrônicos de consumo personalizado, alteraram profundamente nossa disponibilidade na vida. Somos estimulados permanentemente a viver fora de nós mesmos. Somos fragmentados. Perdemos a noção da história para mergulhar num presente infinito. O individualismo fragmentado é a marca do nosso tempo. A vida em comunidade restringe-se ao mínimo e a paixão que mobilizou as massas na rua tende a arrefecer-se. Por outro lado, a aura dos comícios desaparece na reprodução técnica dos candidatos na TV e rádio, com ela o romantismo e a utopia.

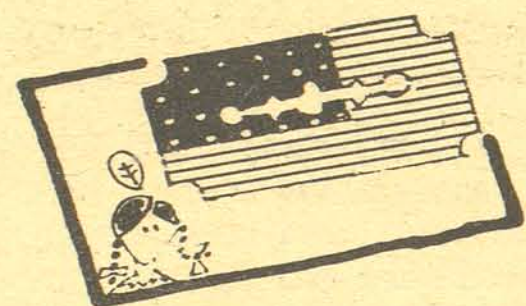
O marketing político é a racionalização

LINHA aberta

dade mercadológica do capitalismo, aplicado às eleições. A fala própria do candidato é diluída em signos, símbolos, imagens. O que passa a importar não é seu discurso, mas o que deve ser dito no espaço e tempo adequado, para uma determinada classe de pessoas. O objetivo maior é dividindo de votos. Os meios, estes serão determinados cientificamente por pessoal “competente”. Afinal, o espírito das eleições que inva-



de os lares não é mais espírito, exorcizado que foi pelo progresso tecnológico em obedientes ondas eletromagnéticas. Se deste processo resultar alguns fantasmas, somos nós mesmos abstraído o real para penetrar o diáfano mundo da fantasmagoria.



Parte II

Terra, Sangue e Cocaína

Continuando a sua viagem pela Bolívia, o repórter Geraldo Hoffmann nos leva hoje a saber como um “plano trienal” escancarou o país ao comércio exterior. Em nome do combate ao narcotráfico, os “leopardos” espalham terror e miséria entre os agricultores.

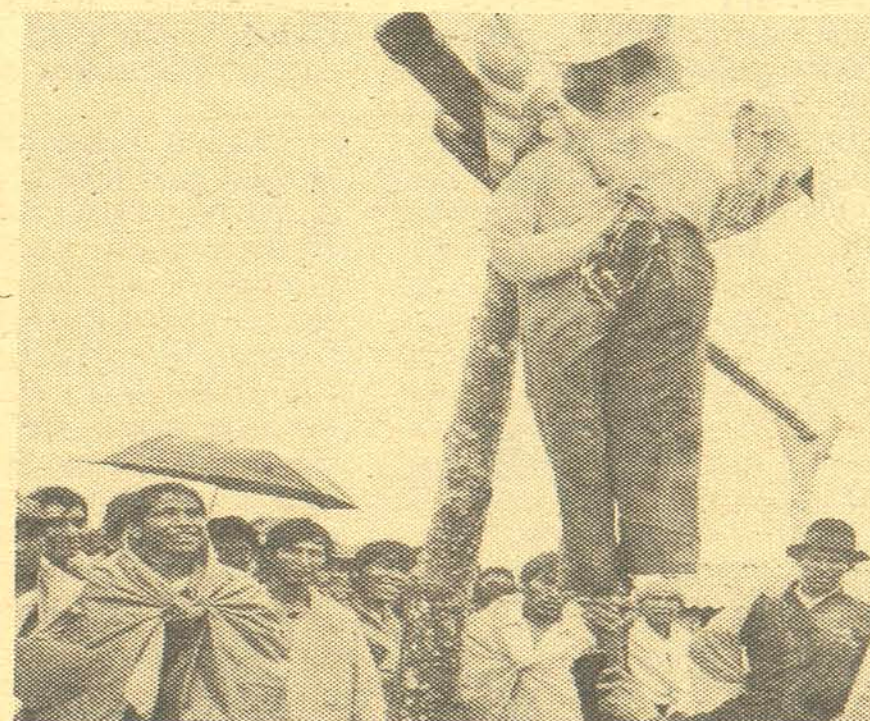
Chapare é a segunda maior zona produtora de coca no mundo, depois do Alto Hualaga, no Peru. São 70 mil hectares cultivados que, junto com os 12 mil de Los Yungas (a 400 km de La Paz), produzem 140 mil toneladas de folhas por ano. O governo diz que 80% dessa produção segue para os 200 laboratórios processadores da pasta básica que teriam também refinado 90 toneladas de cocaína no ano passado. Para cada quilo da “branca” são necessários 300 a 350kg de folhas.

Mas nem só de coca vive a Chapare. O secretário de cultivo da Federação dos Produtores da Folha, Evo Morales, conta que até 1986, vendia mais arroz que coca. Naquele ano, o governo assinou um convênio com os EUA para fazer desaparecer as plantações em três anos, junto com Colômbia e Peru. Mandou os agricultores plantarem batata, banana, café, cacau, milho, cítricos, aipim, feijão e arroz. Prometeu “mundos e fundos” em ajuda externa à substituição do cultivo, mas até hoje, no Chapare, ninguém viu a cor do dinheiro.

Vieram só as pragas de 30ha de coca envenenados por herbicidas, os massacres de trabalhadores pelos “leopardos” da Unidade Militar de Patrulhamento Rural (Umopar) treinado por agente do exército americano e o estado de sítio. Veio também a pior das pragas: a abertura do mercado à livre importação, que faz um cacho de banana valer uma Coca-cola e transforma o país numa zona franca, um imenso “came-

lódromo”.

Santa Cruz, Cochabamba, La Paz tem mais bancas de camêlo que casas. Difícil é encontrar um produto boliviano. Índios de rostos cor da própria terra disputam o pão entrincheirados em latas de guloseimas de todo o mundo, principalmente do Brasil e Argentina. “Por favor, compre senhor”, suplicam num tom choroso. Mulheres acoradas nas calçadas fazem das típicas saias rodadas o tabuleiro de bugigangas — balas, chocolates e chiclete, uma



Os camponeses queimam “Tio Sam”, aliado do governo boliviano

fábrica de cáries que começa a substituir o hábito secular de mascar a folha da coca.

O comércio ambulante move uns US\$ 500 milhões/ano, boa parte “narcodólares” lavados. São raros os vendedores ambulantes da folha (1kg custa Cr\$ 10,00), mas não faltam descendentes do deus Sol (que deu nome à moeda boliviana até 1986) dedicados ao câmbio de “narcodólares”. Cerca de 80% da oferta de divisas no mercado livre do dólar provém dos negócios da coca. Bolívia certamente é o único lugar do mundo onde o dólar na rua é mais barato (2,9 intis) que no banco (3,0 intis — em janeiro).

O plano trienal que acabaria com a coca e indenizaria os produtores com US\$ 2 mil por hectare jamais saiu do papel. A não ser em seu aspecto repressivo. Desde 86, soldados americanos, feito policiais do mundo participam de manobras militares com as forças armadas bolivianas, que instalaram em Chapare o quartel general dos leopardos (assim chamados por causa do uniforme camuflado) para tentar erradicar os “cocaes” à força. Invadem plantações, apreendem folhas de coca dos camponeses para impressionar as autoridades, farejam todos os carros para ver se não transportam químicos (acetona, querosene) usados na produção da pasta base, mas não vêem os aviões dos narco que pousam e decolam na estrada principal da região.

No próximo número, veja a resistência da COB — Central Obrera Boliviana à invasão militar americana e a devastação ambiental